

Relações globais, inimigos em comum: o papel dos intermediários e das alianças indígenas nas investidas inglesas e neerlandesas no Brasil contra o domínio ibérico (1595–1625)

Global Relations, Common enemies: Go-Betweens and Indigenous Alliances in the English and Dutch Incursions into Brazil during the Iberian Union (1595–1625)

Hugo André Flores Fernandes Araújo

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9381-5916>

Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria Eduarda de Medeiros Brandão

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4242-9580>

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Este artigo analisa o papel dos intermediários e das alianças indígenas nas investidas inglesas e neerlandesas contra o Brasil entre 1595 e 1625. Argumenta-se que o sucesso dessas incursões dependeu fundamentalmente da mediação de agentes, como intérpretes franceses e indígenas, que facilitaram o contato e a negociação com os povos nativos. Através de dois estudos de caso, demonstra-se que os ingleses, como na expedição de James Lancaster a Pernambuco (1595), recorreram a alianças franco-indígenas preexistentes para obter provisões e apoio logístico. Já os neerlandeses passaram por um processo de aprendizado, com tentativas frustradas e bem-sucedidas, até consolidarem uma aliança estratégica com os Potiguara na Baía da Traição (1625), decisiva para a posterior invasão de Pernambuco. Conectando episódios comumente tratados isoladamente a uma trama mais ampla de rivalidades imperiais na América, este estudo conclui que saques bem-sucedidos e tentativas de invasão territorial fizeram parte de um processo de aprendizado gradual, marcado por tentativas, erros e acertos, pelo acúmulo estratégico de informações sobre os territórios e suas populações, pelo uso de intermediários experientes, por vezes recrutados entre grupos estrangeiros, e, sobretudo, pela agência ameríndia na resistência ao domínio ibérico e na negociação de sua autonomia em meio às rivalidades europeias.

Palavras-chave: Intermediários; Alianças indígenas; União Ibérica; Invasões estrangeiras.

Abstract: This article examines the role of go-betweens and indigenous alliances in the English and Dutch incursions against Brazil between 1595 and 1625. It argues that the success of these ventures depended on the mediation of agents, such as French interpreters and indigenous people, who facilitated contact and negotiation with native peoples. Through two case studies, it demonstrates that the English, as in James Lancaster's expedition to Pernambuco (1595), relied on pre-existing Franco-indigenous alliances to obtain provisions and logistical support. The Dutch, in turn, underwent a learning process, with both failed and successful attempts, until they consolidated a strategic alliance with the Potiguara at Baía da Traição (1625), which was decisive for the subsequent invasion of Pernambuco. By connecting episodes commonly treated in isolation within the broader context of imperial rivalries in the Americas, this study argues that successful raids and attempted territorial invasions formed part of a gradual process of learning, characterized by trial and error, the strategic accumulation of knowledge about territories and their populations, and the employment of



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

experienced intermediaries, at times recruited from foreign groups. Above all, however, this process underscores the indispensable role of Indigenous agency in resisting Iberian domination and negotiating degrees of autonomy amid competing European imperial ambitions.

Keywords: Cultural go-betweens; Indigenous alliances; Iberian Union; Foreign invasions.

Introdução

Nos momentos que antecederam as invasões neerlandesas no Brasil, a presença estrangeira¹ no território manifestava-se de diferentes maneiras. Nas regiões correspondentes à Amazônia e a outros territórios que compunham o extremo norte, sua posição como rota para o Caribe, para as minas de prata e para o escoamento de produtos como tabaco, algodão, corantes, etc., resultou em uma experiência singular. Embora as tentativas francesas de colonização do Maranhão tenham culminado na curta experiência da França Equinocial (1612–1615), neerlandeses, irlandeses, ingleses e italianos também estiveram presentes nessas áreas, motivados por interesses diversos que iam desde o contorno à proibição do comércio e da navegação estrangeira no Estado do Brasil, até o estabelecimento de feitorias próximas aos núcleos ibéricos, em contestação aos seus domínios sobre o território. Convivendo em meio à pluralidade da presença estrangeira, os diversos povos indígenas que habitavam a região identificavam as rivalidades europeias, avaliavam as circunstâncias e negociavam em seus próprios termos, aproveitando-se dessa alteridade (CARDOSO, 2014, p. 176-185; CARDOSO, 2025, p. 6-16).

A presença estrangeira nesses territórios se fez recorrente desde os primórdios da colonização e se intensificou a partir da incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica (1580–1640), que, embora tenha trazido benefícios mútuos, tornou os domínios ultramarinos portugueses vulneráveis aos inimigos da Espanha, como França, Inglaterra e Países Baixos (COSENTINO, 2014, p. 100–101). As investidas neerlandesas sobre os territórios do Atlântico Sul, por exemplo, fizeram parte do que Charles Boxer chamou de “luta global” (BOXER, 2011, p. 115-134), com dois focos significativos na América Portuguesa. O primeiro resultou na breve ocupação da cidade de Salvador (1624–1625), posteriormente recuperada por uma ação conjunta da armada luso-espanhola e das forças locais. O segundo deu origem ao que a historiografia convencionou como Brasil holandês, ocupação que, em sua extensão máxima,

¹ A presença de estrangeiros nesses territórios pode ser compreendida a partir das normativas promulgadas pela Monarquia Hispânica entre 1591 e 1605. Essas medidas determinavam que “(...) nenhuma nau, nem navio estrangeiro, nem pessoa estrangeira de qualquer sorte, qualidade, e nação que seja, não podesse ir, nem fosse, dos portos do Reino de Portugal, nem fora della, às Conquistas do Brazil, Mina, Costa de Malagueta, Reino de Angola, Ilhas de S. Thomé, ou cabo-verde, e quaesquer outros lugares da Guiné, e resgates deles, sem particular licença (...)” (SILVA, 1854, p. 108). Apesar da concessão de licenças a contratadores e particulares para o envio de navios com marinheiros e estrangeiros de nações consideradas amigas, como os integrantes da Liga Hanseática, essas permissões foram posteriormente revogadas. A partir de então, estabeleceu-se a proibição da entrada de “navio algum, de quaisquer nações estrangeiras” na “Índia, Brazil, Guiné e Ilhas”, restringindo sua circulação aos arquipélagos dos Açores e da Madeira. A exceção aplicava-se apenas aos navios de nações amigas, excluindo aqueles pertencentes aos chamados “rebeldes”, como os provenientes das Províncias Unidas, e de outros “inimigos”, como franceses e ingleses (SILVA, 1854, p. 108). Sobre isso, ver: SILVA, 1854. p. 108-109. HOLANDA, 2007. p. 178-186.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

compreendia o litoral de Sergipe até São Luís do Maranhão, região recuperada por meio da iniciativa dos moradores locais em uma guerra que culminou na capitulação holandesa após um longo cerco (ARAÚJO, 2022). Anteriormente, essas regiões já haviam sido alvo de corsários ingleses, o que motivou o reforço das medidas de defesa do litoral previstas no Regimento do Governador-Geral de 1588 (TRESLADO do Regimento..., 1906, p. 220-236). Entretanto, essas não foram as primeiras manifestações da presença inglesa nesse litoral, dado que expedições comerciais e exploratórias ocorreram na primeira metade do século XVI, em conjunto com espanhóis e, por vezes, com franceses, que já se mostravam experientes nesses processos (DIAS, 2024, p. 90-96).

Desde os primeiros momentos da presença europeia no Brasil, os franceses se estabeleceram no litoral através de alianças com povos indígenas, como os Tupinambás, Tamoios e Potiguara. Essas parcerias foram fundamentais tanto para o comércio de pau-brasil quanto para operações militares conjuntas contra os portugueses, representando um desafio estratégico à consolidação do domínio lusitano em determinadas regiões (FERREIRA, 1995, p. 128; MOLLAT, 1967, p. 343-358). A própria presença europeia no território dependia de alianças com os indígenas, que lhes forneciam defesa, alimentação, informações e mão de obra. Em meio aos empreendimentos coloniais ibéricos e neerlandeses, os povos indígenas buscavam firmar acordos que consideravam mais vantajosos para suas comunidades, negociando conforme seus próprios interesses, dentro das realidades impostas pelas guerras, invasões e epidemias, o que frequentemente resultou em conflitos com as autoridades coloniais. Além disso, as alianças estabelecidas com franceses, ingleses e neerlandeses representavam uma ameaça aos domínios ibéricos, uma vez que a competição entre potências europeias ampliava a autonomia indígena, oferecendo mais opções de parceria nas disputas geopolíticas (GARCIA, 2014, p. 249; MIRANDA, 2025a, p. 7).²

A formação dessas alianças era viabilizada por *intermediários*, atores sociais que atuavam em um “território fronteiriço”, definido como *middle ground* por Richard White (2011): um espaço social entre impérios, culturas e mundos indígenas, onde “agentes menores, aliados e até indivíduos periféricos com frequência guiam o curso dos impérios”.³ Aprofundando a compreensão do papel dos *intermediários* nesse espaço, Alida Metcalf (2019) identificou três tipos de *intermediários* (ou *go-betweens*). Os *intermediários físicos* (ou biológicos) foram aqueles que cruzavam o Atlântico, conectando mundos e trazendo consigo doenças, plantas, animais e conhecimentos. Os *intermediários transacionais*, como tradutores, negociantes e mediadores culturais, desempenharam um papel central no contato ameríndio, possibilitando a comunicação e a negociação, mantendo lealdades frequentemente complexas e mutáveis. Por fim, os *intermediários representacionais*, que geralmente eram letrados, produziram escritos, mapas e relatos, que moldaram as

² De modo semelhante, Arne Bialuschewski identifica um cenário similar no Caribe do século XVII. Seu livro mostra que as operações de bucaneiros e piratas ocorriam em regiões sob domínio indígena e os contatos com esses povos eram definidores para o sucesso ou fracasso dessas ações. A análise de como os indígenas estabeleceram relações com os piratas, seja aliando-se a eles em ataques, seja combatendo-os em nome dos espanhóis, revela o papel central e estratégico deles na dinâmica caribenha da predação marítima. (BIALUSCHEWSKI, 2022. p. 1-11; 48-68).

³ Tradução livre do trecho: “minor agents, allies, and even subjects at the periphery often guide the course of empires.” (WHITE, 2011. p. 27).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

percepções europeias sobre a América e vice-versa, exercendo um poder duradouro na construção de imaginários coloniais (METCALF, 2019, p. 31-32).

Embora os franceses tenham desenvolvido suas operações nesses territórios recorrendo a estratégias como o matrimônio com mulheres indígenas e outras formas de intermediação e aliança, parte significativa da historiografia dedicada ao tema se voltou a compreender o papel das alianças e dos mediadores no desenvolvimento das relações entre ibéricos e indígenas, enfatizando aspectos como a necessidade de formação de alianças para promover guerras contra grupos não aliados e estrangeiros, a obtenção de mão de obra e a garantia da manutenção colonial (FUJIMOTO, 2016, p. 191–226; MONTEIRO, 1994, p. 29–36; PERRONE-MOISÉS, 2008, p. 117–121). Entretanto, perspectivas como essas não abrangem experiências como as observadas no extremo norte, onde os povos indígenas precisaram interagir não apenas com ibéricos e franceses, mas também com agentes recém-chegados aos territórios. Essas interações implicaram diferentes formas de atuação indígena, nas quais se buscava, através de suas próprias agências, estabelecer relações que variaram entre contatos, parcerias e alianças. Em muitos casos, a diversidade dessas aproximações resultou em longos vínculos de cooperação, formalizados por matrimônios, pactos ou outros meios institucionais; em outros, as parcerias eram circunstanciais e improvisadas, moldadas pelos interesses e contextos específicos, podendo transitar rapidamente entre amizade e inimizade (WHITAKER; HARRIS; GARCIA; 2025, p. 3–9).

Parte-se do pressuposto de que essa diversidade nas relações melhor representa a maneira como ingleses, neerlandeses e os povos indígenas no Estado do Brasil interagiram na virada do século XVI para o XVII, uma vez que os primeiros não possuíam a mesma experiência acumulada ao longo de um século de contatos com os ameríndios que os portugueses e os franceses. A presença francesa, por exemplo, não se limitou à manutenção de entrepostos para o comércio de pau-brasil ao longo do litoral, pois suas experiências coloniais, como a França Antártica (1555–1567)⁴ na baía da Guanabara, ameaçaram o domínio luso e causaram instabilidades que obrigaram as autoridades portuguesas a empreenderem um reordenamento administrativo nas capitanias da América (COSENTINO, 2012, p. 9–25). Nesse sentido, a predação marítima empreendida por ingleses e neerlandeses, como no saque de James Lancaster (1595) e nos vários contatos empreendidos entre holandeses e indígenas no *antebellum*⁵, ainda que efêmeras, reforçam a centralidade ameríndia para a construção imperial, seja pela cooperação dos povos aldeados e não aldeados no combate aos estrangeiros, seja pela colaboração com invasores com o intuito de fragilizar o domínio ibérico na América (BRANDÃO, no prelo; ARAÚJO, 2025). Não obstante, esses episódios suscitam os seguintes questionamentos: de que forma ingleses e neerlandeses estabeleceram contato com os povos indígenas? Quando alianças foram formadas? De que modo impactaram as experiências desses estrangeiros na América

⁴ As principais fontes sobre esse período são muito ricas e bem conhecidas pela historiografia: André Thévet, *Les singularités de la France Antartique* e *Cosmographie Universelle* (1558) e Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brèsil* (1578). Cf. BICALHO, 2008, p. 29–50, MARIZ; PROVENÇAL, 2021; BERBARA; MENEZES; HUE, 2020.

⁵ Tomamos aqui a expressão de Evaldo Cabral de Mello utilizada para destacar como o período anterior às invasões neerlandesas da Bahia e Pernambuco foi marcado pelo crescimento e estabelecimento da vigorosa indústria açucareira no nordeste colonial, e por consequência, a formação da elite local, com forte identidade e articulada em nível imperial. (MELLO, 2008, p. 89–124).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Portuguesa? E, por fim, como a agência de *intermediários* e ameríndios se inseriu na conjuntura de tensões globais entre os impérios?

Para tanto, dialogamos com as noções de *histórias conectadas*⁶ a partir de dois estudos de caso que convergem para uma percepção comum. O primeiro analisa o papel dos *intermediários* franceses e dos indígenas Potiguara no retorno da esquadra de James Lancaster após a invasão à capitania de Pernambuco (1595), bem como os contatos entre esses grupos, com base principalmente no relato da expedição.⁷ O segundo estudo de caso analisa as experiências neerlandesas através dos contatos ameríndios no período anterior à invasão de Pernambuco (c. 1625). Através da análise dos relatos neerlandeses das incursões e da documentação portuguesa, composta por correspondências, consultas e um depoimento de indígena, demonstraremos como esse processo foi descontínuo e marcado por erros e acertos que possibilitaram o acúmulo de informações e o aprendizado que viabilizou o estabelecimento do Brasil holandês.

Portanto, um estudo sobre o papel dos *intermediários* proporciona uma perspectiva privilegiada para compreender a conformação dos arranjos que envolveram as disputas pelos territórios do Atlântico Sul, sobretudo, porque conferem protagonismo aos povos indígenas nesse processo. Entendemos que a contribuição específica deste artigo reside em conectar episódios frequentemente tratados de forma isolada, como expedições, saques e contatos efêmeros, à uma trama mais ampla das rivalidades imperiais na América. Propomos com essa perspectiva integradora que eventos como os saques bem sucedidos e as ocupações territoriais devem ser compreendidos como resultados de um processo coletivamente construído. Argumentamos que este processo foi caracterizado por um aprendizado gradual, baseado em tentativas, erros e acertos, pelo acúmulo estratégico de informações sobre o território e suas populações, pelo emprego de *intermediários* experientes, por vezes recrutados entre os grupos estrangeiros, e decisivamente, pela disposição ameríndia em resistir ao domínio ibérico com cooperação e alianças de outros rivais europeus. Através desta lente propomos que é possível apreender a expertise coletiva e o acúmulo de inteligência prática, elementos que moldaram as disputas pelo Atlântico Sul no alvorecer do século XVII.

“Onde os navios podem entrar e se abastecer muito bem”: a aliança Franco-Potiguara na expedição corsária inglesa a Pernambuco (1595)

Em maio de 1585, a Monarquia Hispânica confiscou navios e mercadorias inglesas em seus portos. Como resposta, comerciantes ingleses que atuavam na Península Ibérica recorreram à rainha Elizabeth I para obter cartas de corso, com o propósito de resguardar

⁶ Adota-se a perspectiva das *histórias conectadas* como forma de compreender os processos históricos a partir das relações estabelecidas entre diferentes espaços e sociedades, em oposição a uma abordagem estritamente comparativa. No caso do Atlântico moderno, essa perspectiva permite considerar como os diversos povos que habitavam ou circulavam por seus territórios mantinham vínculos com comunidades situadas no além-mar por meio de variadas formas de interação. Relações sociais, culturais, políticas e econômicas contribuíram, assim, para a constituição do espaço atlântico como um mosaico de *histórias conectadas*, formado em zonas de contato e em fronteiras marcadas pela porosidade dos limites imperiais. Sobre isso, ver: CAÑIZARES-ESGUERRA, 2018; SUBRAHMANYAM, 2012, p. 16–19; KALIL; FERNANDES, 2021; SILVA; KALIL, 2025.

⁷ Utilizamos a edição publicada e traduzida em HUE; SÁ, 2020, p. 47-80.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

seus negócios, organizar expedições, assim como saquear embarcações e carregamentos ibéricos, a fim de recuperar o acesso aos produtos. O conflito entre a Inglaterra e a Monarquia Hispânica assumiu então a forma de uma guerra naval, que se prolongou até 1604, impulsionada por rivalidades religiosas entre católicos e protestantes, pelo apoio inglês à rebelião das Províncias Unidas e pelos contínuos atos de predação marítima (ANDREWS, 1984, p. 150–151; GLETE, 2000, p. 157). Embora a União Ibérica (1580–1640) tenha trazido benefícios para portugueses e espanhóis, também expôs os lusitanos aos inimigos da Monarquia Hispânica, ou, em outras palavras, “as costas de Portugal, as ilhas atlânticas e as armadas da Índia e do Brasil passaram a sofrer os efeitos dos conflitos espanhóis com a França, Inglaterra e Holanda” (COSENTINO, 2014, p. 100–101).

Essas tensões introduziram novos agentes às dinâmicas do Atlântico Sul, onde grupos como os franceses, os ibéricos e os povos indígenas conviviam em “zonas de contato” (PRATT, 1999, p. 4-7), recorrendo a formas variadas, muitas vezes improvisadas, de comunicação. Entre os principais obstáculos destacavam-se as barreiras linguísticas e culturais, com os *intermediários* assumindo papel central como tradutores e intérpretes, estabelecendo vínculos com os indígenas e mediando relações com os europeus, tornando-se, assim, “operadores práticos das alianças” (OLIVEIRA, 2014, p. 156). Como referendado, essas alianças eram indispensáveis aos ibéricos e aos estrangeiros no território, que dependiam dos indígenas para a defesa, a alimentação, a inteligência e a mão de obra. Enquanto franceses, ingleses e neerlandeses utilizavam essas relações para desafiar os domínios ibéricos, a competição entre europeus ampliava a autonomia indígena, oferecendo-lhes mais opções na escolha de aliados (GARCIA, 2014, p. 249).

Mediadores não eram utilizados apenas para tratar com indígenas, mas também para negociar com populações não-indígenas, como os piratas ingleses, que contavam com intérpretes e negociadores em suas tripulações (METCALF, 2019, p. 96–97). Esses *intermediários* facilitavam a navegação em um Atlântico que, mesmo antes do acirramento das tensões, já era palco das disputas anglo-hispânicas. Três anos antes desses confrontos, por exemplo, a expedição corsária de Edward Fenton tentou estabelecer relações comerciais na Capitania de São Vicente, através de um inglês residente na região, John Whithall, como mediador (ANDREWS, 1984, p. 160-164). A frota entrou em conflito com a Armada do Estreito, organizada pela Monarquia Hispânica em 1581 para reforçar as defesas do Estreito de Magalhães e das possessões no Brasil, Peru e Chile, em resposta à circum-navegação do corsário inglês, Francis Drake (PHILLIPS, 2016, p. 1).

Após os confrontos, os ingleses se retiraram, e os hispânicos dividiram sua frota para reforçar as defesas no Atlântico. Enquanto parte da armada seguiu para o Estreito de Magalhães, um contingente liderado por Diego Flores de Valdés promoveu a primeira investida bem-sucedida de conquista ao norte da Capitania de Pernambuco. A expedição resultou na construção de um forte às margens do rio Paraíba, que mais tarde daria nome à capitania (BRITO, 2020, p. 132–173).

A situação na fortificação rapidamente se tornou instável devido ao cerco imposto pelos indígenas Tabajara e Potiguara, aliados aos franceses. Em resposta, tropas formadas por colonos e indígenas aliados foram enviadas à região sob o comando do ouvidor-geral da Bahia, Martim Leitão. As jornadas para dispersar o cerco e iniciar a colonização resultaram no estabelecimento da Capitania da Paraíba (1584). Essa campanha visava não apenas



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

fortalecer as defesas da Monarquia Hispânica no Atlântico e promover a continuidade do povoamento ibérico no Norte, mas também expandir a produção açucareira em Pernambuco (BRITO, 2020, p. 263; GONÇALVES, 2007, p. 36). Esses avanços só foram possíveis, entretanto, após o rompimento das relações entre os indígenas Tabajara e Potiguara, com os Tabajara formando uma aliança com os ibéricos. A nova situação permitiu consolidar o assentamento e deslocar os Potiguara mais ao norte, evidenciando a importância estratégica das alianças entre colonizadores e nações indígenas, que compunham a maior parte das tropas mobilizadas para defender o território contra grupos hostis e a presença estrangeira na costa (PERRONE-MOISÉS, 2008, p. 121).

Não obstante, retoma-se como as alianças com as nações indígenas também beneficiavam os inimigos dos ibéricos. Mais ao norte, os Potiguara continuavam sob domínio dos territórios ao norte de Pernambuco e mantinham uma aliança com os franceses, baseada no comércio de pau-brasil. Embora essas relações existissem desde o início do século XVI, a parceria se fortaleceu durante a conquista do Rio Paraíba (GONÇALVES, 2012, p. 237–246). Segundo o *Sumário das Armadas* (1585), relato da conquista escrito por um jesuíta anônimo, a aliança com os franceses fornecia aos Potiguara pólvora e armas para se defenderem das investidas ibero-tabajaras. A “fineza da pólvora” das arcabuzadas indicava às tropas coloniais que os franceses haviam recentemente abastecido seus aliados e, possivelmente, ainda estavam na região (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 73–74). Para os franceses, os Potiguara eram essenciais não somente para o comércio de pau-brasil, mas também para proteger as feitorias e garantir sua presença enquanto os navios circulavam. Assim, as forças ibero-tabajaras frequentemente encontravam os Potiguara em entrepostos inativos, na medida em que promoviam avanços em outros espaços setentrionais (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 55–56).

A continuidade dos conflitos fez com que os primeiros anos da Capitania da Paraíba fossem marcados por um “estado de luta permanente” entre a aliança ibero-tabajara e a franco-potiguara naquela fronteira. Esses embates culminaram nas guerras de conquista do Rio Grande e, posteriormente, na assinatura de um acordo de paz com os Potiguara em 1599, após a intervenção dos capitães-mores de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, além do próprio Governador-geral do Brasil (GONÇALVES, 2007, p. 127-129; RICUPERO, 2008, p. 313-315).

Esses acontecimentos não passaram despercebidos pelos ingleses. Em agosto de 1597, uma carta do capitão-mor da Paraíba foi enviada à Monarquia Hispânica, mas acabou interceptada por corsários⁸. A correspondência relatava a movimentação das tropas na conquista do Rio Grande, ataques franceses ao Forte de Cabedelo, localizado na entrada do Rio Paraíba, e problemas na aliança entre franceses e Potiguara. Também trazia informações obtidas de um francês capturado e confirmadas por indígenas Potiguara sobre minas de prata na Serra do Copaoba. Essa região, situada entre o litoral e o sertão da Paraíba, alguns anos antes havia sido palco de uma das principais jornadas de conquista da capitania. Embora fossem apenas rumores, a carta indicava que capitães e nobres franceses se mobilizavam para investigar essas minas e os boatos persistiram. Décadas após o envio dessa missiva, Gaspar Paraupaba, um indígena Potiguara que viveu nos Países Baixos e forneceu

⁸ A special letter written from Feliciano Cieca de Carualsho the Gouvernour of Paraiua in the most Northerne part of Brasil. In: HAKLUYT, Richard, 1890, p. 283-290.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

informações sobre o território aos neerlandeses (c. 1625–1628), afirmou em sua *Declaração*, escrita em 1628, que supostamente havia uma mina de prata nas proximidades do Rio Paraíba (BEL; FRANÇOZO, 2023, p. 37).

Poucos anos após a interceptação da carta, em 1599, o inglês Anthony Knivet testemunhou a paz firmada entre ibéricos e Potiguara. Sobrevivente da fracassada expedição de circum-navegação pelo Estreito de Magalhães, liderada por Thomas Cavendish em 1592, Knivet permaneceu no Brasil e passou a servir à família de D. Francisco de Sousa, então Governador-geral no período da conquista do Rio Grande. Seu governo foi marcado pela intensificação das expedições aos sertões, voltadas à captura de indígenas e para a busca de minas de ouro, prata e pedras preciosas (MONTEIRO, 1994, p. 58–59). Sob seu serviço, Thomas Knivet participou dessas expedições e aprendeu idiomas indígenas, tornando-se intermediário linguístico. Embora seja possível que Anthony Knivet tenha buscado informações sobre minas na fronteira entre a Paraíba e o Rio Grande, seus relatos sobre o Brasil, publicados em 1625 no compilado *Hakluytus Posthumus, or Purchas his Pilgrimes*, não mencionam a existência de metais nessa região (KNIVET, 2015, p. 13–15).

Ao descrever os indígenas Potiguara, Anthony Knivet adota uma perspectiva distinta das narrativas ibéricas, que geralmente enfatizam sua belicosidade e aliança com os franceses⁹. Knivet observa, em contraste, que a conduta desses grupos variava conforme a abordagem dos europeus: “os potiguares não são de natureza tão selvagem e bárbara quanto outros em muitas outras províncias do Brasil, pois se vêm até eles como comerciantes, eles comerciam; se vêm como guerreiros, eles lutam com muita bravura” (KNIVET, 2015, p. 74). Embora essa postura reflita sentimentos anti-ibéricos presentes em sua narrativa, construída a partir das experiências durante as tensões anglo-hispânicas (KNIVET, 2015, p. 5–17), ao mesmo tempo, amplia os olhares acerca das relações entre os Potiguara e estrangeiros.

Quando Anthony Knivet descreveu a dicotomia nas relações entre ibéricos e franceses com os Potiguara, os ingleses já haviam se beneficiado das trocas com esses grupos durante o torna-viagem do saque à Capitania de Pernambuco. Para contextualizar esses acontecimentos, no último quartel do século XVI, a valorização do preço do açúcar brasileiro nos entrepostos ultramarinos contribuiu para o aumento do número de engenhos, a fim de atender à crescente demanda europeia pelo produto (STRUM, 2012, p. 212–222), resultando, por exemplo, nos avanços sobre o Rio Paraíba devido à necessidade de expandir a indústria açucareira de Pernambuco. Outro efeito desse crescimento foi a valorização dos carregamentos transportados para a Europa, o que atraiu a atenção dos corsários ingleses para a predação marítima no Atlântico Sul. Açúcar e pau-brasil tornaram-se os saques mais recorrentes do período, com os navios provenientes do Brasil sendo considerados entre os apresamentos mais valiosos devido à valorização desses produtos (ANDREWS, 2011, p. 133). Em reflexo disso, ocorreram saques à Bahia e em Pernambuco durante esse período, com o segundo caso garantindo “(...) enormes ganhos aos investidores, calculados em 50 mil

⁹ No *Tratado Descritivo do Brasil* (1587), por exemplo, Gabriel Soares de Souza afirma que “este gentio é muito belicoso, guerreiro e atraído” (1851, p. 55). Já no *Sumário das Armadas*, o jesuíta anônimo os caracteriza como “o maior e mais guerreiro gentio do Brasil” (1873, p. 8). Ambrósio Fernandes Brandão (2010, p. 69), capitão dos mercadores em uma das expedições ao Rio Paraíba, descreve os Potiguara como “senhor de todo o sertão, belicosíssimo e inclinado a guerras” nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

libras pelos ingleses e em mais de 2 milhões em ouro pelos embaixadores de Veneza em Madri” (FRANÇA; HUE, 2014, p. 47).

A expedição de James Lancaster destinada a Pernambuco foi arregimentada por armadores experientes no comércio com a Península Ibérica e que, com o advento da guerra, dedicaram-se a organizar expedições corsárias para saquear produtos que, normalmente, teriam acesso através das trocas com Portugal e Espanha (ANDREWS, 1984, p. 251). A frota partiu para Pernambuco em outubro de 1594 e passou cerca de um mês atracada na capitania, em confronto com os colonos e indígenas. Durante esse período, cinco embarcações francesas que rondavam aquelas águas em busca de lucro se aliaram à expedição, com os capitães provenientes de Dieppe e La Rochelle pedindo carregamentos de pau-brasil em troca de seus serviços (HUE; SÁ, 2020, p. 51-65). Esses critérios foram atendidos, e suas embarcações foram carregadas com o pau-brasil que estava previsto para ser distribuído por algumas das principais casas mercantis ibéricas do período, como o segmento dos Ximenes d’Aragão na Toscana, e os Andrade, do eixo Sevilha-Antuérpia, cuja correspondência, discutindo as perdas sofridas em decorrência desse episódio, foi interceptada por corsários ingleses em agosto de 1595 (WERNHAM, 1993, p. 208–209).

Após o saque, James Lancaster ordenou que a frota se dirigisse a um porto localizado a quarenta léguas ao norte do Recife, denominado “Piranju”, onde a tripulação poderia se recuperar dos confrontos (HUE; SÁ, 2020, p. 78). Embora as medidas presentes nas narrativas sejam imprecisas, é possível estimar a localização desse porto a partir das léguas indicadas por Gabriel Soares de Souza em *O Tratado Descritivo do Brasil* (1587). Segundo suas disposições, cerca de quarenta léguas ao norte do eixo Olinda-Recife estavam localizados territórios correspondentes ao que viria a se tornar a Capitania do Rio Grande, que, à época do saque de Lancaster, estava prestes a ter seus esforços de conquista iniciados. Mais precisamente, entre as enseadas de Aratipicaba e Tabatinga, ambas regiões onde costumavam ancorar navios franceses, em aliança com os Potiguara.¹⁰

Essa estimativa é confirmada pela Declaração de Gaspar Paraupaba (1637). Segundo o documento, Piragu, ou Porto dos Búzios, era um rio desabitado por portugueses, onde a extração de pau-brasil ocorria com facilidade. Situava-se cerca de cinco milhas ao sul do Rio Grande, rio que deu nome à capitania (BEL; FRANÇOZO, 2023, p. 25; 41). Esses indicativos reforçam a correlação com o *Tratado Descritivo do Brasil*, que localiza o “Porto dos Búzios” pouco ao norte da enseada de Tabatinga, cerca de nove léguas ao norte da “Ponta de Pipa” (SOUZA, 1581, p. 51). Diante desses cruzamentos, é possível afirmar que James Lancaster

¹⁰ Do porto da vila de Olinda até o rio Igaruçu são quatro léguas. De Igaruçu ao rio Itamaracá há duas léguas, ponto em que se delimita a Capitania de Pernambuco. De Itamaracá até Capivarimirim estendem-se seis léguas; de Capivarimirim a Abionabijá, mais seis; e de Abionabijá ao rio Aramama, duas léguas. Do Aramama ao rio Jagoaripe somam-se outras duas léguas, e deste até o rio Paraíba, ou o São Domingos, mais duas. A distância entre o Paraíba e o rio Maguape é de cinco léguas. Três léguas ao norte situa-se a Baía da Traição, seguida pelo rio Camaratibe, a duas léguas. Entre Camaratibe e Goaramataí há outras duas léguas, onde se encontra a enseada de Aratipicaba. Do rio Goaramataí até Itacoatigara contam-se duas léguas, e de Itacoatigara ao Porto de Búzios, nove, com a Enseada de Tabatinga situada entre ambos os espaços. Com base nessas medidas, é possível supor que a frota de James Lancaster tenha estabelecido contato com os indígenas entre a enseada de Aratipicaba “(...) onde, pelos arrecifes para dentro, entram naus francesas e fazem sua carga (...)” (SOUZA, 1851, p. 51) e a de Tabatinga “(...) onde também há surgidouro e abrigo para navios, em cuja retaguarda costumavam ancorar naus francesas e carregar pau-de-tinta (...)” (SOUZA, 1851, p. 51). De todo modo, ambas as localidades se situam no Rio Grande, região que estava prestes a ser invadida pelas tropas coloniais.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

utilizou a região atualmente conhecida como Praia de Pirangi, situada entre as cidades de Natal e Pipa, como porto de abastecimento durante o torna-viagem após o saque de Recife.

Embora a recuperação de seus tripulantes após os embates em Pernambuco estivesse entre as intenções de James Lancaster em Piranju, o principal interesse era aprovisionar sua expedição para o torna-viagem. Para tanto, o almirante contou com *intermediários* franceses recrutados na Inglaterra. Segundo consta no relato, “(...) para providenciar o abastecimento, o almirante tinha enviado seis dias antes numa pequena pinaça dois franceses que ele tinha mandado vir de Dieppe antes de partir da Inglaterra com esse propósito, pois os dois falavam a língua dos índios com perfeição (HUE; SÁ, 2020, p. 78). O recrutamento desses mediadores indica que, apesar de franceses terem se juntado à expedição durante o saque, a armada já havia sido planejada com o objetivo de buscar apoio na aliança franco-potiguara.¹¹

Essa estratégia encontra precedentes nas primeiras expedições comerciais inglesas ao Brasil, na primeira metade do século XVI. Franceses e ingleses buscavam contestar o monopólio português na África Ocidental, aproveitando expedições à Guiné para expandir suas operações ao Brasil, como nas viagens de William Hawkins, em torno de 1530 (BLAKE, 1977, p. 106–110). Como mercador, Hawkins exportava tecidos e importava da França produtos como sal e vinho, além de pimenta, azeite e açúcares da Península Ibérica. Com negócios em La Rochelle e Bordeaux, recorria a comerciantes franceses para intermediar o comércio de peixes do Canadá. Assim, não surpreendentemente, pilotos e tripulantes franceses participavam de suas expedições ao eixo Guiné-Brasil, motivadas pelo histórico comercial com a Península Ibérica (MORGAN, 2004, p. 939; WILLIAMSON, 1969, p. 24-25).

Diante desses interesses, William Hawkins arregimentou a embarcação *Paul*, que partiu de Plymouth e realizou três viagens ao Brasil (c. 1530–1532). Na primeira, o navio fez escala na Guiné, onde negociou marfim, e, ao chegar ao Brasil, estabeleceu contatos com os indígenas. Na segunda viagem, a expedição levou um chefe indígena à Inglaterra e deixou um tripulante no Brasil para atuar como *intermediário*, conforme procediam os franceses. Na terceira, apesar do chefe indígena ter falecido durante o trajeto, a expedição conseguiu retornar à Inglaterra com o tripulante previamente deixado no território, além de produtos locais¹². Embora esses sejam indicativos de como a expedição estava disposta a recorrer às mesmas estratégias que os franceses já vinham utilizando no Brasil, os ingleses terminaram comercializando de forma não-recorrente ao longo da costa (METCALF, 2019, p. 54; 91-98; SHORT, 1958, p. 343). Quase uma década depois (c. 1540), a mesma embarcação retornou à rota Guiné-Brasil, obtendo carregamentos de marfim e pau-brasil avaliados em cerca de £600 (WILLIAMSON, 1970, p. 13-14).

¹¹ Dickason indica que os *intermediários* experientes no contato com os ameríndios frequentemente eram referidos nas fontes como “normados”, isso porque cidades da normandia como Dieppe e Rouen concentravam esses indivíduos. (DICKASON, 1984, p. 135). A troca cultural foi tão intensa que editores normandos chegaram a publicar um vocabulário Franco-Tupinambá para auxiliar os navegadores que se engajaram nesse negócio. (DALBY; HAIR, 1966, p. 42–66)

¹² *A brief relation of two sundry voyages made by the worshipful M. William Haukins of Plimmouth*. In: HAKLUYT, 2014, p. 24



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Seguindo o exemplo de William Hawkins, outras expedições se dirigiram ao Brasil nesse período, como a do navio *Barbara*, cuja tripulação foi julgada por pirataria ao retornar à Inglaterra (MARSDEN, 1912, p. 97). A expedição utilizou a passagem entre a Capitania de Pernambuco e Fernando de Noronha para alcançar os territórios habitados pelos indígenas Potiguara. Ao desembarcar, os tripulantes enviaram *intermediários* para negociar com os indígenas, consistindo em doze franceses recrutados ainda na Inglaterra¹³. Apesar de obter algumas galinhas e outros itens para o aprovisionamento, a expedição não conseguiu comercializar pau-brasil devido a conflitos no território. A tripulação sofreu baixas em confrontos com indígenas, incluindo tripulantes consumidos em rituais antropofágicos, e houve deserções, entre elas a dos *intermediários* franceses. Para recuperar prejuízos e garantir provisões, o *Barbara* seguiu ao Caribe e saqueou navios espanhóis, ato que gerou um processo por pirataria movido pelos proprietários junto à Monarquia Hispânica (MARSDEN, 1909, p. 98–99).

Casos como esses alertaram as autoridades ibéricas sobre as colaborações anglo-francesas em expedições ao Brasil. Além das viagens mencionadas, em 1539, o navio inglês *Saviour*, acompanhado por uma embarcação francesa e comandado por um capitão francês, partiu de Dieppe carregado com punhais, facas, machados e outras mercadorias para o comércio de pau-brasil com os indígenas. No retorno, a frota deveria seguir para Sussex, que se consolidava como um dos centros de pirataria na Inglaterra, de onde a carga seria posteriormente enviada à França (SCAMMELL, 2024, p. 137). Esses episódios, além de levantarem suspeitas de atividades ilícitas, motivaram investigações portuguesas. Um espião lusitano enviado à Inglaterra entre 1541 e 1542, por exemplo, recebeu relatos de que navios franceses de Dieppe estavam sendo preparados em portos ingleses com destino ao Brasil, encontrando indícios de que um inglês não identificado havia recebido a promessa de participar da expedição e de obter uma parcela dos lucros (VILA-SANTA, 2024, p. 82).

Nesse sentido, a iniciativa de James Lancaster de recorrer à aliança franco-potiguara encontra precedentes nas tentativas, erros e acertos do próprio histórico de navegações inglesas ao Brasil. Assim, após saquearem Recife, parte da frota foi dispersada a caminho de Piranju, em razão dos ventos fortes e pouco conhecimento da região. Não obstante, Lancaster e outras quatro embarcações conseguiram atracar naquele porto, onde obtiveram água e alimentos, como galinhas, coelhos, batatas e outros produtos, que os *intermediários* haviam negociado com os Potiguara. Sobre tudo, Piranju é descrito na narrativa como um porto adequado para o abastecimento das naus, ou, nas palavras do relato, “um atracadouro muito bom, onde os navios podem entrar e se abastecer muito bem” (HUE; SÁ, 2020, p. 79). Entretanto, o autor do relato afirma que, no momento de sua escrita, os ibéricos já haviam avançado sobre a região, impedindo os franceses de prosseguir com o comércio local.

Esse episódio reforça como as alianças com os povos indígenas permitiram que os estrangeiros encontrassem diferentes formas de enfrentar o domínio ibérico. Para os

¹³ Em seu depoimento, George Moone, um dos tripulantes ingleses da embarcação, afirma que o *Barbara* zarpou de Portsmouth com cerca de 100 tripulantes, doze dos quais eram franceses. Por sua vez, o depoimento de John Wardall confirma os integrantes desse grupo, como “speechmen”; “Then the thrydde nyght after that he was this goon oure spechman and xijth moe of the Frenchmen of our company which did use to lye on shore in oure house to make our makettes with the people of that countrey dyd ron away in that sayd nyght, and caryed withe them all the wares whiche were on lande in our bowthe withe them (...)”. (MARSDEN, 1912, p. 12; 28).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

indígenas, por sua vez, a rivalidade entre os reinos europeus ampliava as possibilidades de alianças ou transações comerciais no cenário geopolítico. Nesse contexto, James Lancaster, ao organizar sua expedição para Pernambuco, uma das mais lucrativas do período elisabetano, buscou apoio na aliança franco-potiguara, recrutando ainda na Inglaterra dois mediadores franceses que conheciam os Potiguara e dominavam sua língua – estratégia que encontrava antecedentes em outras iniciativas inglesas no Brasil. Naquele momento, essa aliança estava em um “estado de luta permanente” contra a aliança ibero-tabajara, conflito que resultou na conquista do Rio Grande. Esse território, além de ser investigado pelos ingleses devido a rumores sobre minas na fronteira com a Paraíba, tornou-se também uma base de apoio no retorno da expedição. Embora comerciantes franceses tenham participado do saque ao Recife, a principal contribuição da aliança franco-potiguara no regresso da esquadra foi o acolhimento e o fornecimento de mantimentos em Pirangi, no Rio Grande. Para tanto, os mediadores recrutados na Inglaterra foram fundamentais, sendo enviados antecipadamente ao porto para negociar o abastecimento com os Potiguara e assegurar sua abertura aos ingleses.

“Por fazerem conta que as nossas [forças] aqui permaneceriam”: a construção das alianças neerlandando-indígenas (1600-1625)

Quando o neerlandês Jan Bautista Syens aportou em Mucuripe¹⁴, na costa do Ceará, ele tinha uma boa ideia do que procurava e de como deveria proceder. Seu relato, tido como um dos primeiros registros de contatos entre neerlandeses e indígenas do Brasil, indica como os interesses comerciais motivaram a busca por pontos remotos e grupos indígenas fora da esfera de influência ibérica. Logo que chegou, em 21 de novembro de 1600, Syens foi recebido por vários indígenas, dos quais seis foram levados ao seu navio para receberem presentes e depois “retornaram à terra muito satisfeitos” (SYENS, 1909. p.158). Syens, como vários outros europeus que buscavam a cooperação dos ameríndios, soube estabelecer contato: presenteando seus anfitriões e pleiteando permissão das lideranças para fazer negócios e carregar seu navio.¹⁵

A organização da expedição e o bom preparo para obter a cooperação indígena se devem à presença de um *intermediário transacional* na tripulação. Cajonen (ou Caÿone) era o responsável por negociar com os indígenas, pois já “havia morado entre os selvagens do Rio Grande, e parece que foi com base em suas indicações que esta expedição foi organizada”.¹⁶ O relato de Cajonen fornece mais detalhes sobre sua experiência:

¹⁴ Vários dos franceses que integraram a experiência colonial da França Equinocial relataram que durante sua viagem de ida para o Maranhão fizeram uma parada em Mucuripe, ao que parece o grupo indígena da região já estava muito habituado a negociar com estrangeiros. O normando Estavam Marichal declarou em seu interrogatório: “viniendo en el viage la dicha nao hechó gente en mucuripe, *poblacion nuestra en esta costa del estrecho oeste*”. Grifo nosso. INTERROGATÓRIO..., 1905, p. 265.

¹⁵ Alida Metcalf aponta os perigos dos contatos realizados sem *intermediários* e destaca como o acúmulo de experiências no périplo africano foi essencial para o estabelecimento de contatos que se converteram em alianças na costa do Brasil. (METCALF, 2019. p. 42-44). A experiência portuguesa no contato com os povos africanos, fazendo uso de lançados e tangomãos foi explorada por Russell-Wood. (Cf. RUSSELL-WOOD, 2014, p. 27-72).

¹⁶ Tradução livre do trecho: “Celui-ci avait demeuré parmi les sauvages de Rio Grande et il semble que c'est sur ses indications que cette expédition fût organisée”. SYENS, 1909. p.158.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

possivelmente era um *truchement* (intérprete) que fazia parte do grupo francês que foi expulso do Rio Grande pelos portugueses em 1597. A descrição feita por Cajonen apresenta uma relação de pontos de interesse, com a localização de aldeias, as distâncias, os nomes dos rios e os produtos encontrados em cada local. Não fica claro se a informação foi acumulada ao longo do tempo em que atuou na extração do pau-brasil ou se durante o período em que se refugiou entre os indígenas, enquanto ele e seu grupo fugiam dos portugueses (DÉCLARATION..., 1909, p. 170).

O que podemos inferir é que a boa impressão causada no contato inicial resultou da conduta do intermediário, que respeitou ritos como a oferta de presentes, assim como aguardou a autorização para transitar e negociar naquelas terras. Com a permissão do líder nativo, o grupo de Syens desembarcou e explorou a região. Em terra puderam reabastecer os barris de água e receberam de seus anfitriões aves e algodão em troca dos presentes que tinham dado.¹⁷ A aproximação cautelosa e amistosa viabilizou a construção de uma casa improvisada e a visita de pontos de interesse, como o alto de uma montanha onde encontraram uma pedra descrita com um tom verde similar ao de uma esmeralda, o que, contudo, não conseguiram extrair por não disporem de ferramentas adequadas.¹⁸

Apesar das boas relações e de uma estadia tranquila, a avaliação de Syens sobre a expedição foi negativa: “Nada fizemos, e antes perdemos do que ganhamos”.¹⁹ Os neerlandeses partiram dali em 15 de dezembro com uma carga de 45 toras de “pau-amarelo”, e lamentaram que durante essa curta estadia não obtiveram nem bálsamo nem âmbar, como esperavam obter pelas descrições do relato de Cajonen. Essa expedição apresentava um conjunto de características necessárias para o sucesso nas relações interculturais que os rivais dos Ibéricos buscavam na América: um local afastado da esfera de influência ibérica, *intermediários* com conhecimento da língua e dos costumes dos povos nativos, além da disposição de cumprir os ritos que ordenavam esses contatos. Viagens como a de Syens não eram a regra, e como demonstraremos nessa seção, os contatos dos neerlandeses com os indígenas antes da invasão de Pernambuco foram na maioria das vezes negativos, sobretudo em regiões próximas aos núcleos de povoamento consolidados. O aprendizado obtido nas várias interações fracassadas moldou as atitudes neerlandesas, que entenderam a importância de um vínculo efetivo com os ameríndios para viabilizar suas pretensões imperiais.

Quando os corsários estrangeiros se aventuravam em regiões controladas pelos portugueses, encontravam muita resistência tanto por parte das autoridades, que prontamente empregavam todos os meios de defesa, como também dos ameríndios, muitos dos quais estavam aldeados e integrados às dinâmicas políticas de controle e defesa territorial. Em nítido contraste com a experiência de Syens, a incursão de Paulus van Caerden a Salvador, em 1604, evidencia as principais dificuldades dos neerlandeses em regiões onde a presença lusa estava consolidada e as alianças com os grupos ameríndios estavam firmadas.

¹⁷ Olive Patricia Dickason destaca que o aprendizado dos franceses com os ameríndios do Brasil, tais como as trocas de presente e o resgate de prisioneiros, foram empregados também nas experiências interculturais empreendidas por eles nos contatos realizados na América do Norte. (DICKASON, 1984. p. 131).

¹⁸ Possivelmente tratava-se do mineral água-marinha, comumente encontrado na serra de Maranguape, e com coloração parecida à descrita no relato. (SILVA, 2015. p. 76).

¹⁹ Tradução livre do trecho: “Nous n'avons rien fait et plutôt perdu que gagné”. SYENS, 1909. p.161.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Em dezembro de 1603, Van Caerden obteve dos Estados Gerais o apoio para realizar uma expedição de saque à costa da América Portuguesa (PÉREZ SANTOS, 2013, p. 155). A frota composta por seis navios teve várias dificuldades durante a travessia, como doenças e escassez de mantimentos (GROESEN, 2017, p. 33). Quando se aproximaram de Salvador, puderam constatar que a cidade estava bem defendida e que seu saque ou captura não seria possível. Os neerlandeses mantiveram-se longe do alcance dos canhões e com isso conseguiram saquear propriedades no litoral, assim como capturar e queimar embarcações menores.²⁰ O diário escrito por um membro da expedição descreve como os arqueiros indígenas foram importantes para repelir e impedir que a operação tivesse sucesso. Uma passagem do texto, de 11 de agosto de 1604, narra como dois indígenas ou mestiços, descritos no relato como “mouros claros” (*gelbe moren*)²¹, foram capturados pelos homens de Van Caerden enquanto tentavam incendiar os navios dos holandeses.

A ausência de um intermediário experiente como Cajonen e um aparente desinteresse em estabelecer relações com os nativos da região acarretaram um custo alto para essa expedição, pois, durante a sua retirada, não puderam reabastecer-se adequadamente para a viagem de retorno. Mesmo com uma escala no Caribe e a obtenção de algumas provisões com indígenas da região, Van Caerden enfrentou o motim de parte de sua tripulação pelo racionamento imposto durante a viagem. Um indicativo sintomático do fracasso da expedição é o fato do relato da expedição não ter sido sequer publicado em neerlandês, pois esse era um gênero textual que despertava bastante interesse nesse período, sendo impresso apenas em alemão (GROESEN, 2017, p. 33; 43).

Temos demonstrado com o caso de Syens como o uso de *intermediários* em locais afastados afetava favoravelmente as chances de sucesso da expedição, ao passo que o relato de Van Caerden mostrou como a ausência de *intermediários* e da disposição de estabelecer alianças estratégicas foram ingredientes para o fracasso dessas operações. A mera presença de *intermediários*, contudo, não garantia o sucesso da empreitada, como um caso ocorrido em 1619 evidencia.

Antonio Petigoara, indígena residente da Aldeia de Parnenbetiba, em Porto Seguro, foi sequestrado por neerlandeses que pretendiam utilizá-lo como guia e intermediário para obtenção de pau-brasil. No depoimento que Antônio prestou às autoridades do Rio de Janeiro em 30 de abril de 1619, descreveu como os neerlandeses o capturaram e lhe questionaram sobre a localização do Rio de Tapari, porque tinham a intenção de recolher pau-brasil. Antonio desconhecia a localização e informou isso aos seus captores, mas esses lhe indicaram onde acreditavam que o rio estava situado, mostrando que já tinham algum conhecimento prévio da região.²² Assim, é possível que a captura de Antonio não se devesse tanto ao seu

²⁰ Henk Den Heijer indica que os holandeses capturaram um navio mercante, uma caravela e dezoito barcas de açúcar, o que ao fim da expedição renderia o equivalente a 3000 caixas de açúcar e 170,000 florins (HEIJER, 2024, p. 31).

²¹ O termo utilizado difere da palavra *wilde / wilden* (selvagens) que foi empregada com mais frequência no relato para designar os indígenas. A narrativa também apresenta que o mais novo dos dois “mouros claros” foi açoitado até explicar que as autoridades de Salvador haviam os enviado para incendiar os navios, informando ainda que o outro sabotador era um capitão dos indígenas que trazia a o corpo cortado, tatuado e com várias cores como se estivesse pintado para a guerra. (IJZERMAN, 1918, p. 206).

²² O depoimento de Antônio indica essa possibilidade: “vieram correndo a costa até a Ilha de Santa Ana aonde o levaram e o levaram a terra junto ao Rio dos Bagres aonde levaram muito resgate e deram aos aitaazes”. (AUTO DE PERGUNTAS..., 2001, p. 321).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

conhecimento geográfico, mas à necessidade de um intermediário capaz de dialogar com os ameríndios da localidade. Isso se torna ainda mais evidente ao considerar que o mediador francês empregado pelos neerlandeses não conseguiu se comunicar com os indígenas da região, razão pela qual, durante o período em que esteve cativo, Antonio Petiguara foi utilizado para estabelecer contato com os Goitacazes. Esse francês, denominado na fonte como Maraquatim, era um *truchement*²³ que relatou ter sido capturado por Martim de Sá e enviado ao governador Diogo Botelho, tendo também tomado parte na França Equinocial²⁴, de onde “fora para a sua terra quando [os portugueses] tomaram o Maranhão” (AUTO DE PERGUNTAS..., 2001, p. 321).

Em terra, as negociações dos neerlandeses foram interrompidas pela ação de indígenas de aldeamentos jesuítas. De acordo com o depoimento de Antônio às autoridades, após a chegada de “três canoas de índios que o Padre João Lobato levava [para] as pazes dos aitacazes com o capitão Estevão Gomes” houve um confronto que vitimou “trinta homens que hora digo e os inimigos mataram dois índios dos nossos” (AUTO DE PERGUNTAS..., 2001, p. 322.), sendo que uma parte dos neerlandeses conseguiu escapar em três navios.²⁵

Antônio aproveitou-se do caos gerado pelo confronto para escapar. Como estava na ilha de Santana, tratou de se esconder e de improvisar uma “jangada em que se passara da outra banda aonde achara ao Padre João Lobato e ao Capitão Estevão Gomes” (AUTO DE PERGUNTAS..., 2001, p. 322). O jesuíta e o militar estavam na região com o intuito de aldear os Goitacazes e Tamoios, uma vez que tinham indícios de que esses grupos eram procurados por estrangeiros para negociar, o que fragilizava a defesa de cidades como o Rio de Janeiro (LEITE, 2004. p. 441).

As autoridades interrogaram Antônio Petigoara para descobrir as intenções dos neerlandeses na região e compreender quais seriam os próximos passos do grupo. O ameríndio de Porto Seguro declarou ter ouvido dos invasores que eles pretendiam navegar pelas “barras desta costa para tomarem algum navio que fosse para Angola, porque iam faltos de mantimentos” (AUTO DE PERGUNTAS..., 2001, p. 322). Ele relatou também que os invasores planejavam incursões nas regiões entre o Espírito Santo e Porto Seguro para obter pau-brasil. Antônio acrescentou ainda que os neerlandeses evitavam acessar o Cabo Frio e a baía de Guanabara, temendo Martim de Sá, detentor da função de “administrador dos

²³ Andrea Daher destacou como a “presença de intérpretes franceses, *truchements*, vivendo entre os índios, até as primeiras décadas do século XVII, configurou uma modalidade de relação social baseada na aliança amigável para fins de escambo de pau brasil, o que sustentou, inclusive, o projeto político-econômico das duas tentativas francesas de instalação colonial”. (DAHER, 2018. p. 7).

²⁴ A experiência colonial francesa no Maranhão foi conhecida como “França Equinocial” e teve curta duração, entre 1612 e 1615, quando os portugueses expulsaram os colonos franceses e ocuparam o forte de São Luís, que deu lugar à cidade de mesmo nome. São frutos desse período as narrativas bem conhecidas dos padres Claude de Abbeville e Yves D'Evrex. (Cf. CARDOSO, 2011. p. 325; DAHER, 2007).

²⁵ Martim de Sá relata que partiu para repelir os invasores, mas quando chegou os indígenas sob às ordens do padre Lobato já haviam expulsado os holandeses: “parti desta cidade para o dito Cabo Frio em uma canoa minha com índios e gente de minha obrigação chegando lá em termo de um dia achei nova, como indo o padre João Lobato da companhia de Jesus a uma missão a fazer pazes entre o gentio goitacases por ordem do governador geral Don Luis de Sousa e levando em sua companhia o capitão do dito Cabo Frio tiveram vista na ilha de Santa Ana dos ditos inimigos e os assaltaram com as canoas e índios que levavam e lhes mataram alguma gente e os fizeram levantar e se foram deixando de seguir o intento de carregar Pau Brasil.” 07/04/1619. AHU_ACL_CU_017 (Avulsos - Rio de Janeiro), Cx. 1, D. 15



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

serviços de guerra, com superintendência das gentes e índios de todas as aldeias da costa” (COARACY, 1965. p. 46).²⁶

O caso indica que, a essa altura, os neerlandeses já compreendiam a necessidade de alguns elementos para viabilizar seus interesses, tais como o emprego de *intermediários* experientes, a procura por pontos pouco vigiados da costa e a disposição de estabelecer alianças com ameríndios. Contudo, a convergência de dois contextos particulares frustrou essa tentativa: 1) Maraquatim, o intermediário francês, era familiarizado com outras etnias que falavam uma língua muito diferente²⁷, de modo que sua *expertise* foi ineficiente com os Goitacazes; 2) o grupo invasor chegou na região em meio ao processo que os jesuítas haviam iniciado para aldear os Goitacazes e os Tamoios²⁸, e por essa razão o auxílio dos indígenas aldeados do Rio de Janeiro se mostrou indispensável para repelir os estrangeiros. A vulnerabilidade da região ao redor de Cabo Frio já havia sido constatada pelos portugueses, e a principal estratégia para defender a área era “descer” os indígenas e aldeá-los na costa.²⁹ É possível que as autoridades da região já estivessem em alerta, sobretudo porque o governo-geral foi alertado por uma carta régia que a coroa foi alertada sobre os preparativos de um navio que iria ao Brasil para carregar pau-brasil com ajuda de “alguns Índios, com que tem comunicação” (CARTA para D. Luiz de Souza, 1927, p. 73).

Passamos agora ao último caso, um evento que marcou um ponto de inflexão nas relações neerlandando-indígenas, uma mudança essencial nas atitudes que viabilizaram a ocupação de Pernambuco. Quando Boudewijn Hendricksz, oficial neerlandês encarregado de levar reforços para Salvador, surgiu com a frota diante da cidade, em 23 de maio de 1625, as forças luso-espanholas comandadas por Don Fadrique de Toledo y Osorio já haviam recuperado a capital do Estado do Brasil. Hendricksz e seus oficiais avaliaram a situação e não encontraram condições para prosseguir com o plano, afinal, a frota trazia reforços e não tinha condições de enfrentar uma armada de guerra espanhola. Os neerlandeses, castigados pelos problemas da viagem, se viram obrigados a procurar um ponto remoto da costa para se recompor. Depois de costear por Pernambuco e Itamaracá, a frota decidiu fundear na Baía da Traição, chegando lá provavelmente no dia 21 de junho.

Os neerlandeses desembarcaram e foram de encontro a uma pequena aldeia, na qual não encontraram portugueses, apenas os “indígenas, que se deixaram ficar e os trataram mui amigavelmente” (LAET, 1916, p. 96). Nos dias seguintes, se prepararam fazendo trincheiras e tendas para tratar dos doentes. Nesse ínterim, os ameríndios “que moravam nas terras adjacentes, vieram ter com os nossos, e lhes ofereceram seus serviços contra os

²⁶ Em carta ao rei de 7 de Abril de 1619, Martim Correia menciona esse eventos envolvendo os holandeses, bem como confrontos que teve no ano anterior, no qual havia tido sucesso em repelir os invasores. 07/04/1619. AHU_ACL_CU_017 (Avulsos - Rio de Janeiro), Cx. 1, D. 15.

²⁷ De acordo com Maria Regino Celestino de Almeida os goitacazes eram da “família linguística puri, tronco macro-jê”, ao passo que os Potiguara, com quem Maraquatim provavelmente tinha mais familiaridade, falavam uma variação do Tupi. Os tupinambá do maranhão, com quem ele pode ter tido contato durante a estadia na França Equinocial, também falavam Tupi. Portanto, o fracasso do intermediário se deve ao fato de que se tratavam-se de línguas muito diferentes. (ALMEIDA, 2003. p. 49).

²⁸ De acordo com Serafim Leite em 7 de Março os jesuítas já estavam no Rio dos Bagres, tratando dos preparativos para fazer pazes com os Goitacazes. O sucesso no ataque contra os holandeses foi importante para convencer os indígenas à aceitarem as pazes e aceitarem o aldeamento. (LEITE, 2004. p. 441).

²⁹ Martim de Sá explicitou essa questão ao escrever para o rei Felipe II alguns anos antes. 20/04/1617. AHU_ACL_CU_017-1 (Castro Almeida - Rio de Janeiro), Cx. 1, D. 7.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Portugueses, cujo jugo suportavam mal sofridos” (LAET, 1916, p. 96). Os indígenas tomaram a iniciativa do contato e propuseram uma aliança, pois enxergaram os holandeses como aliados e a situação como uma oportunidade de derrotar os portugueses em suas terras.³⁰ Durante o mês de julho, as relações com os Potiguara evoluíram para parcerias nas incursões ao interior em busca de alimentos e saques, nas quais lutaram lado a lado contra as forças portuguesas que encontraram. Nessas incursões fluviais, obtiveram açúcar, rezes e alimentos, e, em todas elas, esses indígenas estavam presentes, guiando as forças pelo interior e participando dos saques.

Hendricksz, contudo, não possuía ordens para se estabelecer na região, tampouco se sentia confortável para empreender isso, por não conhecer o terreno. Em um conselho com seus oficiais, optou por partir para o Caribe, a fim de tentar capturar navios espanhóis. O almirante se viu bastante dividido em ter de deixar os preciosos aliados Potiguara que obtivera na região, sobretudo porque os indígenas haviam cruzado um ponto de não retorno — “por fazerem conta que as nossas [forças] aqui permaneceriam, já haviam praticado tantas hostilidades contra os portugueses” (LAET, 1916, p. 97) — e receavam as retaliações que sofreriam com a partida dos neerlandeses. Diante da inevitabilidade da partida, os indígenas buscaram a permissão para embarcar: “muitos trabalharam com os nossos que os levassem, mas, como não havia para isto bastantes provisões, somente poucos foram aceitos, e força foi que a maior parte deles se lançasse a monte” (LAET, 1916, p. 97). Essa situação evidencia como houve um choque entre as visões e os interesses: os indígenas, que viam na aliança uma aposta imediata contra os portugueses; e os neerlandeses, operando sob as ordens de uma companhia de comércio, constrangidos por ordens, necessidades logísticas e pelo imperativo do lucro, enxergavam a situação com menos envolvimento nos compromissos militares locais.

Os treze Potiguara que embarcaram com o almirante neerlandês passaram os cinco anos seguintes nos Países Baixos, onde foram ensinados a ler e a escrever. Lá, converteram-se ao calvinismo e trabalharam diretamente com os oficiais da Companhia das Índias Ocidentais, fornecendo informações vitais para os planos de ocupação de Pernambuco (HULSMAN, 2006, p. 42–43; BEL; FRANÇOZO, 2023, p. 6). Em 1628, parte desse grupo forneceu uma descrição detalhada dos territórios, identificando rios navegáveis, povoações portuguesas, aldeias indígenas, produtos de interesse comercial. As informações tidas como relevantes para os neerlandeses foram prestadas por “André Francisco, Antônio Francisco,

³⁰ Em contraste, o Padre Antônio Vieira, destaca na carta anual de 1626 que os indígenas aldeados de Salvador rejeitaram completamente os holandeses, mesmo após a ocupação: “Entre estes índios se avantajavam uns na destreza do atirar, outros no ânimo de acometer, mas em geral se experimentou em todos os desta capitania [da Bahia] *grande ódio aos contrários e maior fidelidade aos nossos*, porque, sendo assim que muitos negros de Guiné, e ainda alguns brancos, se meteram com os holandeses, *nenhum índio houve que travasse amizade com eles*”. (VIEIRA, 1925, p. 41)



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Antônio Paraupaba³¹, Gaspar Paraupaba, Luís Gaspar e Pedro Poty³², sendo registradas por Kiliaen van Renselaer (MIRANDA; SILVA; COSTA, 2024, p. 6). Portanto, de modo semelhante ao que propôs Metcalf (2019, p. 31-32), esses indígenas desempenharam papéis de *intermediários físicos* (representando os interesses de seu povo nos Países Baixos), *transacionais* (negociando alianças durante a ocupação) e *representacionais* (fornecendo descrições do território, das riquezas e da geografia política das alianças dos povos indígenas).

Os casos analisados demonstram que os neerlandeses passaram por um processo de aprendizado, acumulando informações essenciais através de relações interculturais, marcadas por acertos e erros no emprego de *intermediários*. Essas experiências moldaram seus entendimentos sobre a capacidade operacional desses agentes nos territórios americanos e reforçaram a necessidade de alianças com os povos indígenas para viabilizar suas pretensões imperiais.

Seus êxitos e fracassos não foram aleatórios, mas uma consequência da sua (in)capacidade de compreender e negociar com os mundos indígenas, elementos centrais com os quais os portugueses vinham se relacionando desde os primórdios da ocupação. A experiência de Syens na busca por áreas remotas, fora do controle ibérico, com emprego de *intermediários* com experiência local, se mostrou viável para transações efêmeras, não se convertendo em alianças duradouras ou capazes de gerar lucros que motivassem novas viagens. A incursão de Paulus Van Caerden apresentou outra faceta, na qual os indígenas figuraram como integrados em uma rede de alianças bem articulada às políticas de defesa portuguesas, o que se mostrou como um fator de resistência significativo. Da mesma forma, a incursão neerlandesa de 1619 se viu frustrada por uma teia de mediação luso-indígena, na qual as autoridades religiosas e de governo conseguiram empregar os ameríndios aldeados em uma ação defensiva eficiente. O caso também revela que o erro de cálculo no emprego de um intermediário que não dominava a língua correta fez com que a operação sofresse um revés decisivo. Por fim, a iniciativa do grupo Potiguara de propor uma aliança com os neerlandeses provocou uma inflexão, consolidada pela decisão de Hendricksz de levar adiante o compromisso com os novos aliados.

Esse elemento definidor marcou a mudança de atitude que possibilitou essa aliança estratégica, viabilizando os planos neerlandeses e assegurando uma nova organização no Brasil para os Potiguara, uma vez que a agência desses indígenas foi central para o sucesso da ocupação e do estabelecimento do Brasil holandês. Ademais, é preciso reforçar que os

³¹ De acordo com Bruno Miranda o nome de Antônio foi grafado incorretamente no manuscrito de Hessel Gerritsz como “Antônio Guiravassauai”. (MIRANDA, 2022). Antônio Paraupaba teve uma trajetória singular, desde 1625 com a aliança na Baía da Traição, passando pelo seu papel na invasão e na administração, como regedor do Rio Grande. Após a capitulação retornou aos Países Baixos (TEENSMA; MIRANDA; XAVIER, 2019, p. 45) e continuou servindo como oficial da cavalaria (MEUWESE, 2012, p. 182). Apresentou duas petições aos estados gerais, pleiteando a retomada do Brasil e o auxílio aos povos indígenas que permaneceram leais aos neerlandeses. (HULSMAN, 2006, p. 37-69) Como destacou Miranda, a “importância de Antônio Paraupaba cresceu junto com o avanço neerlandês na colônia. De intérprete e mediador, ele ascendeu a uma posição de maior proeminência e se tornou um dos principais agentes indígenas da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil” (MIRANDA, 2025a, p. 7).

³² Pedro Poty fez parte do grupo que partiu da Baía da Traição em 1625. No período da invasão advogou pela aliança com os tapuias em 1631 (BEL; FRANÇOZO, 2023, p. 73), se tornou regedor da Paraíba em 1645 (MIRANDA, 2025, p. 8) e foi capturado pelos portugueses em 1649 na batalha de Guararapes (MIRANDA; SILVA; COSTA, 2024, p. 13.) Poty recebeu algumas das famosas cartas escritas em Tupi. (NAVARRO, 2022).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

indígenas buscaram nessas relações com os neerlandeses estabelecer “acordos que enxergavam como mais vantajosos para seus povos”, transitando em meio às disputas imperiais europeias na América, esses grupos “escolhiam e negociavam de acordo com suas agendas.” (MIRANDA, 2025a, p. 7)

Conclusão

Durante a incursão de Thomas Cavendish por Santos, em 1591, uma parceria estratégica com os indígenas da região se mostrou essencial à viabilização do ataque. Alguns ameríndios que “havia sido maltratados pelos portugueses” procuraram espontaneamente o corsário inglês, fornecendo-lhe informações cruciais sobre as defesas inimigas e revelando a localização de provisões e de gado que sustentaram a expedição. O grupo chegou até mesmo a solicitar explicitamente que Cavendish “destruísse os portugueses” e assumisse o controle da região. O inglês, contudo, “agradeceu-lhes a gentileza, mas disse-lhes que, naquele momento, tinha outros objetivos” (Tradução livre de: KNIVE, 2015, p. 48–49). A divergência de intenções, por um lado, contribui para o entendimento de por que o encontro entre esses indígenas e os invasores não evoluiu para além de uma parceria ocasional e, por outro, demonstra a capacidade articuladora dos grupos indígenas em buscar a consecução de seus interesses junto aos recém-chegados ao litoral, que procuravam tirar proveito das lacunas nas defesas ibéricas. Não obstante, os questionamentos centrais a essa pesquisa permanecem: de que forma ingleses e neerlandeses estabeleceram contato com os povos indígenas? Quando alianças foram formadas, de que modo impactaram as experiências desses estrangeiros na América Portuguesa? E, por fim, como a agência de *intermediários* e ameríndios se inseriu na conjuntura de tensões globais entre os impérios?

Quando considerados em conjunto, os estudos realizados indicam que contatos como esses só poderiam ser realizados através de *intermediários* capacitados para navegar os dilemas linguísticos e socioculturais dessas interações. Para que a expedição de James Lancaster fosse promovida contra Pernambuco, foi necessário que mediadores franceses que conheciam os Potiguara fossem recrutados ainda na Europa e enviados após o saque do porto de Piraju com antecedência, para negociar o aprovisionamento no torna-viagem com a aliança franco-potiguara. Essas interações encontram precedentes nas expedições comerciais ocorridas na primeira metade do século, que recorreram a tripulantes franceses para conduzir as negociações com os povos indígenas, na busca por pau-brasil, revelando um processo pautado por tentativas, resultados e estabelecimento de antecedentes que orientassem contatos futuros.

Do mesmo modo, os contatos estabelecidos pelos neerlandeses com os povos indígenas no *antebellum*, demonstram um processo de aprendizado e acúmulo de informações, construídas através de erros e acertos no emprego de *intermediários*. Experiências que buscaram estabelecer contatos em áreas distantes do controle ibérico, com *intermediários* experientes na região, se mostraram viáveis para transações efêmeras, mas não se converteram em alianças duradouras ou instigadoras de novas viagens. Nas tentativas direcionadas aos territórios onde o domínio ibérico estava consolidado, a inserção ameríndia nas políticas de defesa indica a efetividade da construção de alianças luso-indígenas para



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

conservação do império. Especialmente na incursão neerlandesa de 1619, as limitações do *intermediário*, que não dominava o idioma necessário para o contato, contribuíram para o fracasso da operação.

Essas dinâmicas revelam uma distinção na maneira como os ingleses e os neerlandeses operacionalizaram as alianças com os povos indígenas contra o domínio ibérico. Não constava nos interesses dos primeiros estabelecer relações duradouras, mas sim parcerias que viabilizassem suas incursões aos litorais. Por sua vez, os ameríndios contactados estiveram dispostos a formar essas parcerias, não somente visando enfraquecer os domínios ibéricos, mas também como parte dos interesses mutuamente estabelecidos em meio às suas alianças com os franceses. Diferentemente, quando a aliança neerlandó-indígena foi efetivamente consolidada, o intercâmbio entre as partes aprofundou o conhecimento neerlandês sobre a região e fortaleceu os planos de invasão, ao mesmo tempo em que ampliou as possibilidades de consolidação dos interesses Potiguara, que, durante o Brasil holandês, conquistaram um grau significativo de autonomia e representação política.³³

Em diálogo com estudos como os de Elizabeth Montañez-Sanabria e Fidel Rodríguez Velázquez, os resultados da análise fornecem evidências que reforçam o argumento sobre o papel determinante das alianças indígenas na conformação dos impérios ibéricos nas Américas. Esses estudos evidenciam que a agência indígena foi decisiva para o sucesso ou fracasso das incursões estrangeiras, seja na expulsão dos franceses de Cubagua pelos guerreiros da cacica Isabel (VELÁZQUEZ, 2025, p. 1–29), no apoio logístico dos índios Darién aos piratas ingleses, ou na retirada de suporte pelos Huilliche, que inviabilizou a presença neerlandesa em Valdivia (MONTAÑEZ-SANABRIA, 2023, p. 73–94). Além disso, os autores demonstram que os europeus reconheciam a soberania indígena, tratando líderes como Isabel, Orocomay ou o “imperador de Darién” como interlocutores legítimos e detentores de poder regional, com os quais era necessário negociar, e que a posse de tecnologias e recursos nativos, desde as canoas e flechas envenenadas no Caribe até ao controle da produção e fornecimento de alimentos, reforça a percepção que o domínio territorial exercido pelos ameríndios era um elemento sem o qual a presença estrangeira, fosse ela dos colonizadores ibéricos ou de seus rivais, se tornava insustentável.

Ao longo deste artigo, destacamos como a construção de alianças entre indígenas e estrangeiros na América portuguesa foi um processo centralmente estruturado em torno de *intermediários* culturais e linguísticos. Seja através dos franceses recrutados por James Lancaster, dos *truchements* que guiaram expedições neerlandesas, ou dos próprios indígenas que se deslocaram para os Países Baixos, a mediação mostrou-se indispensável para viabilizar projetos de penetração territorial e de contestação ao domínio ibérico. A agência indígena, por sua vez, revelou-se um fator central: grupos como os Potiguara foram atores centrais desse processo, enxergando nas rivalidades europeias oportunidades para reconfigurar alianças e buscar meios para assegurar sua liberdade e garantir sua autonomia. O sucesso ou fracasso dessas empreitadas evidencia que a negociação com os mundos indígenas era incontornável, pois sem o reconhecimento de sua capacidade de exercer

³³ Sobre essa questão ver os resultados recentes publicados por Bruno Miranda acerca das assembleias indígenas no Brasil holandês. MIRANDA, 2025a; MIRANDA, 2025b.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

soberania, a compreensão dos processos de construção imperial no Atlântico permanece incompleta.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003

ANDREWS, Kenneth R. *Trade, plunder, and settlement: maritime enterprise and the genesis of the British Empire, 1480-1630*. Cambridge [Cambridgeshire]; New York: Cambridge University Press, 1984.

ANDREWS, Kenneth R. *Elizabethan privateering: English privateering during the Spanish War, 1585–1603*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. The Insurrection of Pernambuco and the Surrender of the Dutch in Brazil (1645–1654). In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. New York: Oxford University Press, 2022.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. Agentes comuns: circuitos de informação, predação marítima e construção imperial no Atlântico português (séculos XVII e XVIII). *Trashumante. Revista Americana de História Social*, v. 25, p. 50–71, 2025.

AUTO de perguntas que se fez de perguntas que se fizeram por mão do desembargador Antão de Mesquita de Oliveira a Antonio Petigoara. In: SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (orgs.). *Livro primeiro do governo do Brasil, 1607-1633*. 1. ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática/MRE, 2001. p. 321-322.

BIALUSCHEWSKI, Arne. *Raiders and natives: cross-cultural relations in the age of buccaneers*. Athens: The University of Georgia Press, 2022

BICALHO, Maria Fernanda. A França Antártica, o corso, a conquista e a “peçonha luterana”. *História* (São Paulo), v. 27, n. 1, p. 29–50, 2008.

BEL, Martijn van den; FRANÇOZO, Mariana. *The Tapuia of northeastern Brazil in Dutch sources (1628-1648)*. Leiden; Boston: Brill, 2023.

BERBARA, Maria Louro; MENEZES, Renato; HUE, Sheila Moura (orgs.). *França Antártica: ensaios interdisciplinares*. Campinas, Editora Unicamp, 2020.

BLAKE, John W. *West Africa: quest for gold (1454–1578)*. 2. ed. London: Curzon Press, 1977.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Segundo a edição da Academia Brasileira, corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BRANDÃO, Maria Eduarda de Medeiros. “Sir John Watts, Armador do Saque ao Recife: Trajetória, Sociabilidades e Financiamento Corsário (1550 – 1616)”. In: ARAÚJO, Hugo André



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Flores Fernandes; COMISSOLI, Adriano (Orgs.) *Encontros Piratas: Predação Marítima e Dinâmicas Imperiais no Atlântico (séculos XVI a XIX)*. (no prelo)

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho de. *A conquista do rio ruim: a Paraíba na monarquia hispânica (1570-1630)*. Tese (Doutorado em História), Universidad de Salamanca, Salamanca, 2020.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415 - 1825*. Trad. Inês Silva Duarte. 2. ed. Lisboa: Ed. 70, 2011.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge (org.). *Entangled empires: the Anglo-Iberian Atlantic, 1500–1830*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 61, p.317-338, 2011.

CARDOSO, Alírio. “Un piccolo pataccio al rio dell’Amazzoni”: Pirataria europeia e projetos italianos na Amazônia na época da Monarquia hispânica. *Revista de História*, n. 170, p. 175-199, 2014.

CARDOSO, Alírio. Atlântico Tapuia: comércio e aliança entre indígenas e zelandeses na Amazônia (1600-1641). *Revista Brasileira de História*, v. 45, n. 99, p. 1-23, 2025.

CARTA para D. Luiz de Souza. 14/08/1618. In: TAUNAY, Afonso d’Escragno. Documentação brasileira seiscentista: Livro segundo do Governo do Brasil (1615-1634). *Annaes do Museu Paulista*, São Paulo, v. 3, p. 73, 1927.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: Jose Olympio Editora, 1965.

COSENTINO, Francisco Carlos. Apontamentos sobre a defesa do litoral, questões militares, governo-geral do Estado do Brasil e carreira militar, séculos XVI e XVII. *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*, v. 8, n. 15, p. 9–25, 2012.

COSENTINO, Francisco Carlos. Mundo português e mundo ibérico. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial, 1580-1720*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 2.

DAHER, Andrea. *O Brasil francês: as singularidades da França equinocial, 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

DAHER, Andrea. A invenção capuchinha do selvagem na época moderna. *Revista de História*, n. 177, p. 1-28, 2018.

DALBY, David; HAIR, P. E. H. ‘Le Langaige du Bresil’: a Tupi vocabulary of the 1540s. *Transactions of the Philological Society*, v. 65, n. 1, p. 42–66, 1966.

DÉCLARATION de Cajonen. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 170, 1909.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

DIAS, Duarte Martins. *Curso e pirataria no atlântico sul português: o Brasil, 1570-1600*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2024.

DICKASON, Olive Patricia. The Brazilian connection. A look at the origin of French techniques for trading with Amerindians. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, v. 71, n. 264, p.129-146, 1984.

FERREIRA, Ana Maria Pereira. "O Brasil e a França na primeira metade do século XVI: viagens e interesses". *Arquipélago. História*, v. 1, n. 1, p. 123-130, 1995.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila Moura. *Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral*. 1a edição. São Paulo, SP: Globo Livros, 2014.

FUJIMOTO, Juliana. *A guerra indígena como guerra colonial: as representações e o lugar da belicosidade indígena e da antropofagia no Brasil Colonial (séculos XVI e XVII)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GARCIA, Elisa Frühauf. Troca, guerras e alianças na formação da sociedade colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Brasil colonial (1443-1580)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

GLETE, Jan. *Warfare at sea, 1500-1650: maritime conflicts and the transformation of Europe*. London ; New York: Routledge, 2000.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na capitania da Parayba, 1585-1630*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. Costa dos Potiguara, porto dos franceses. In: FILHO, Adailton (org.). *Montaigne e seu tempo*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

GROESEN, Michiel van. *Amsterdam's Atlantic: print culture and the making of Dutch Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

HAKLUYT, Richard. *The principal navigations, voyages, traffiques and discoveries of the English nation*. Collected by Richard Hakluyt; edited by Edmund Goldsmid. Vol. XIV: America, part III. Edinburgh: E. & G. Goldsmid, 1890.

HAKLUYT, Richard. *The Principal Navigations Voyages Traffiques and Discoveries of the English Nation*. Cambridge University Press, 2014.

HEIJER, Henk Den. "The First Military Actions Overseas (1590–1602/1621)". In: KNAAP, G. J.; HEIJER, Henk den; PREEDY, Lee; et al. *Wars overseas: military operations by company and state outside Europe, 1595-1814*. Leiden: Leiden University Press, 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

HUE, Sheila; SÁ, Vivien Kogut Lessa de (Orgs.). *Inglese no Brasil: relatos de viagem: 1526-1608*. São Paulo, SP: Chão Editora, 2020.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História*, v. 154, p. 37–69, 2006.

IJZERMAN, J.W. *Journael van de reis naar Zuid-Amerika (1598-1601) door Hendrik Ottsen*. Hague: Nijhoff, 1918.

INTERROGATÓRIO dos prisioneiros francezes do combate de Guaxenduba. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 263-276, 1905.

KALIL, Luís Guilherme Assis; FERNANDES, Luiz Estavam de Oliveira (org.). *1519: circulação, conquistas e conexões na Primeira Modernidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021

KNIVET, Anthony. *The admirable adventures and strange fortunes of Master Anthony Knivet: an English pirate in sixteenth-century Brazil*. Edited by Vivien Kogut Lessa de Sá. New York, NY: Cambridge University Press, 2015.

LAET, Joannes de. *História, ou, annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes: desde o seu começo ate ao fim do anno de 1636*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1916.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Tomos IV - V - VI). São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucién. *Os franceses na Guanabara: Villegagnon e a França Antártica (1555-1567)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2021.

MARKHAM, Clements R. *The Hawkins' voyages during the reigns of Henry VII, Queen Elizabeth and James I*. Edited with an introduction by Clements R. Markham. London: Printed for the Hakluyt Society, 1878.

MARSDEN, R. G. Voyage of the “Barbara,” of London, to Brazil in 1540. *The English Historical Review*, v. 24, n. 93, p. 96–100, 1909.

MARSDEN, R. G. Voyage of the Barbara to Brazil, anno 1540. In: LAUGHTON, Sir John Knox (ed.). *The Naval Miscellany*. Vol. II. London: Navy Records Society, 1912.

MELLO, Evaldo Cabral de. “A custa de nosso sangue, vidas e fazendas.” In: *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*. 3a edição revista. São Paulo: Alameda, 2008, p. 89–124.

METCALF, Alida C. *Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil: 1500-1600*. Trad. Pablo Lima. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

MEUWESE, Mark. *Brothers in Arms, Partners in Trade: Dutch-Indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595–1674*. Leiden / Boston: Brill, 2012.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

MIRANDA, Bruno. “Antônio Paraupaba”. In: *BRASILHIS Dictionary: Dicionário Biográfico e Temático do Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. 2022. Disponível em: <https://brasilhisdictionary.usal.es/pt/antonio-paraupaba-2/>. Data de acesso: 23/08/2025.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645): estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 20, p. 1-33, 2025a.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Indigenous Alliances in the Dutch–Portuguese Wars in Brazil: Native Petitions and the 1645 Potiguara Assembly. *Transactions of the Royal Historical Society*, p. 1–13, 2025b

MIRANDA, Bruno Ferreira; SILVA, Rafael; COSTA, Suzane Lima. Um escrito inédito do indígena Antônio Paraupaba e o ocaso das relações Potiguara-neerlandesas (1654-1656). *Revista de História*, n. 183, p. 1–28, 2024.

MOLLAT, Michel. “As primeiras relações entre a França e o Brasil: dos Verrazani a Villegaignon”. *Revista de História*, v. 34, n. 70, p. 343-358, 1967.

MONTAÑEZ-SANABRIA, Elizabeth. Piracy and Local Alliances in an Empire of Archipelagoes. In: HYDEN-HANSCHO, Veronika; STANGL, Werner (Orgs.). *Formative Modernities in the Early Modern Atlantic and Beyond*. Singapore: Springer Nature Singapore, 2023, p. 73–94.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORGAN, Basil. Hawkins, William. In: MATTHEW, H. C. G.; HARRISON, Brian (eds.). *Oxford Dictionary of National Biography*. Vol. 25: Hanbury–Hay. Oxford: Oxford University Press, 2004.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Transcrição e tradução integral anotada das cartas dos índios Camarões, escritas em 1645 em tupi antigo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 17, n. 3, 2022.

OLIVEIRA, José Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Brasil colonial (1443-1580)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

PÉREZ SANTOS, José Manuel. Filipe III e a ameaça neerlandesa no Brasil: medos globais, estratégia real e respostas locais. In: WIESEBRON, Marianne (Org.). *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*. Vol. 5. Leiden: Leiden Univ. Press, 2013.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 2008.

PHILLIPS, Carla Rahn. *The struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait, 1581–1584*. London; New York: Routledge for the Hakluyt Society, 2016. E-book.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530-c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2008.

RUSSELL-WOOD, Anthony J. R. Antes de Colombo: o prelúdio africano de Portugal à Passagem Atlântica e sua contribuição à discussão sobre raça e escravidão. In: DOMINGUES, Ângela; MOURA, Denise A. Soares de (Orgs). *Histórias do Atlântico Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 27–72.

SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (Orgs.). *Livro primeiro do governo do Brasil, 1607-1633*. 1a. ed. Lisboa, Portugal: Rio de Janeiro, Brazil: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centro de História e Documentação Diplomática/MRE, 2001.

SCAMMELL, G.V. *Seafaring, Sailors and Trade, 1450-1750: Studies in British and European Maritime and Imperial History*. 1. ed. London: Routledge, 2024.

SHORT, Keith. William Hawkins e as primeiras tentativas de comércio entre a Inglaterra e o Brasil (1530-1542); algumas idéias a propósito das narrativas de Hakluyt e a documentação da alfândega inglesa. *Revista de História, São Paulo*, v. 16, n. 34, p. 343–352, 1958.

SILVA, Bruno; KALIL, Luís Guilherme Assis (org.). *Américas conectadas: circulação de ideias, bens e indivíduos (séculos XVI–XIX)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2025.

SILVA, Jônatas Gomes. Bem-vindo ao Mucuripe (1597-1614). *Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)*, v. 3, n. 05, p.67-87, 2015.

SILVA, José Justino de Andrade e Silva. *Collecção chronologica da legislação portuguesa: compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva: 1603-1612*. v. 1. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brazil em 1587*, obra de Gabriel Soares de Souza, senhor de engenho da Bahia, n'ella residente dezesete annos, seu vereador da Camara, etc. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595–1630)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2012.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

SUMÁRIO DAS ARMADAS, que se fizeram e guerras que se deram na conquista da Rio Parahyba. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVI. Part I. Rio de Janeiro: R. I. Garnier – Livreiro Editor, 1873.

SYENS, Jan Bautista. Journal de Jan Bautista Syens, d'Amsterdam, (de son voyage) à Moucuru en 1600. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 158-161, 1909.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

TEENSMA, Benjamin; MIRANDA, Bruno; XAVIER, Lúcia (org.). *Peter Hansen Hajstrup. Viagem ao Brasil, 1644-1654*. Recife: CEPE EDITORA, 2019.

TRESLADO do Regimento que levou Francisco Gerales que sua magestade ora mandou or guovernador do Estado do Brasil em março de 88. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo LXVII. Parte I. Imprensa Nacional, 1906.

VELÁSQUEZ, Fidel Rodríguez. Isabel and Orocomay: Indigenous Sovereignty and the Politics of Territorial Control in the Sixteenth-Century Caribbean. *Hispanic American Historical Review*, p. 12203101, 2025.

VIEIRA, Antônio. Carta I - Ao Geral da Companhia de Jesus. 30 set. 1626. In: AZEVEDO, J. Lúcio (coord.). *Cartas do Padre Antônio Vieira*. v. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

VILA-SANTA, Nuno. *Knowledge exchanges between Portugal and Europe. Maritime diplomacy, Espionage, and Nautical Science in the Early Modern World (15th-17th Centuries)*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2024.

WERNHAM, Richard Bruce. *List and analysis of State Papers, Foreign Series: Elizabeth I*. v. 6. London: H.M. Stationery Office, 1993.

WHITAKER, James Andrew; HARRIS, Mark; GARCIA, Elisa Frühaf. Introduction: Allies and Partners in Anthropological and Historical Perspectives. In: WHITAKER, James Andrew; HARRIS, Mark (Orgs.). *Indigenous alliance making: histories of agency in colonial lowland South America*. Tucson: University of Arizona Press, 2025.

WHITE, Richard. *The middle ground: Indians, empires, and republics in the Great Lakes region, 1650-1815*. 20th anniversary ed. New York: Cambridge University Press, 2011.

WILLIAMSON, James A. *Sir John Hawkins: the time and the man*. Westport, CT: Greenwood Press, 1970.

WILLIAMSON, James A. *Hawkins of Plymouth*. 2. ed. New York: Barnes & Noble, 1969.

Notas de autoria

Hugo André Flores Fernandes Araújo é licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do projeto *Encontros Piratas: predação marítima e dinâmicas imperiais no Atlântico* (séculos XVI-XIX), pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é professor da rede estadual de Minas Gerais e realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com bolsa CAPES/PIPD. E-mail: hugoaffa@hotmail.com

Maria Eduarda de Medeiros Brandão é licenciada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre em História pela Universidade Federal Rural de



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Pernambuco (UFRPE). Membro do projeto *Encontros Piratas: predação marítima e dinâmicas imperiais no Atlântico* (séculos XVI-XIX), pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente, cursa o doutorado em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Realizou estágio de doutorado sanduíche na Università degli Studi di Firenze (Unifi), com bolsa CAPES/PDSE. E-mail: mebrandao97@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. BRANDÃO, Maria Eduarda de Medeiros. Relações globais, inimigos em comum: o papel dos intermediários e das alianças indígenas nas investidas inglesas e neerlandesas no Brasil contra o domínio ibérico (1595–1625). *Sæculum – Revista de História*, v. 31, p. 1-27, 2026.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Hugo André Flores Fernandes Araújo - Bolsista CAPES/PIPD e Maria Eduarda de Medeiros Brandão - Bolsista de Doutorado CAPES/PSDE.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 18/12/2025

Aceito em 25/07/2025



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)